

A CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL - ESG

Geovana Gomes Stoffel ¹
Thamiris Cerchi Barrozo ²
Geomarts Lahass ³

Resumo

A contabilidade ambiental foi criada como uma forma das ciências contábeis evidenciaram a partir de seus registros contábeis os efeitos da atuação das entidades, ou seja, uma forma da contabilidade contribuir com as questões ambientais. Tendo em vista o cenário nacional e internacional, vem se agravando a preocupação dos impactos gerados no meio ambiente. O presente estudo tem como objetivo conhecer a importância da contabilidade ambiental, com o viés na aplicabilidade do conceito ESG “Environmental, Social and Governance” na sociedade. Também visa evidenciar as aplicações das ODS “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” pelos quais os países podem ajudar a reparar e resguardar o meio ambiente. Trata-se de trabalho baseado em pesquisa bibliográfica e documental que se baseará em estudos de autores que desenvolveram relevantes trabalhos sobre o tema com o intuito de conhecer de forma aprofundada os conceitos da contabilidade voltada para a sustentabilidade. Podemos confirmar que a contabilidade ambiental, possui uma contribuição para o desenvolvimento sustentável, e que esses benefícios se concretizam proporcionando um melhor controle da empresa com relação ao meio ambiente.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Contabilidade ambiental; ESG; ODS.

INTRODUÇÃO

Pesquisar e desenvolver um artigo sobre contabilidade ambiental como instrumento de sustentabilidade empresarial - ESG, é entender que as atividades de produção de uma entidade podem e geram problemas que alcançam a população brasileira, portanto, foi-se necessário a criação de medidas de reparação ao meio ambiente e sociedade.

Diante das mudanças ocorridas na sociedade, surge o termo “ESG” (environmental, social and governance), o qual tem como intuito promover o impacto social, ambiental e de governança em favor do desenvolvimento sustentável das organizações.

Nos últimos anos, tendo em vista o cenário nacional e internacional, o meio ambiente e a mudança na visão de gestão de recursos finitos, vem se agravando a preocupação dos impactos gerados no meio ambiente.

Quanto mais informados se tornam os cidadãos, mais cuidarão para que a proteção ambiental e seus próprios interesses particulares estejam em completa harmonia. Cuidarão também de insistir com as empresas para que elas demonstrem sua capacidade de existir em harmonia com o meio ambiente. Cidadão informado significa cidadania despertada, e toda instituição pública ou privada acabará por se curvar à sua influência. (KINLAW, 1997 apud SILVA, 2009 p. 11).

Nesse sentido, a mídia e especialistas já vinham salientando o grau de importância dessas preocupações. De acordo com Donaire (1999), a sociedade tem ficado mais atenta ao comportamento ético das empresas, o que tem resultado em novas leis e regulamentos que tentam melhorar o padrão ético das corporações. Desse modo, Robert O. Anderson (1982) enfatiza:

A principal alteração que se verifica atualmente é a percepção das corporações sobre o papel que desempenham na sociedade. A corporação não é mais vista como uma instituição com propósitos simplesmente econômicos, voltada apenas para o desenvolvimento e venda de seus produtos e serviços. Em face de seu tamanho, recursos e impacto na sociedade, a empresa tem grande envolvimento no acompanhamento e na participação de muitas tarefas sociais, desde a limpeza das águas até o aprimoramento cultural e espera-se que ocorra um alargamento de seu envolvimento com esses conceitos 'não econômicos' no futuro, entre eles a proteção dos consumidores e dos recursos naturais, saúde, segurança e qualidade de vida nas comunidades em que estão localizadas e onde fazem seus negócios. (ANDERSON, 1982.).

Ainda em relação a preocupação da sociedade com as atividades empresariais, Lipset e Schneider (1978) enfatizam, que a confiança da sociedade nas organizações tem diminuído porque se tem observado um crescimento da interferência das organizações, multiplicando as manobras visando exclusivamente os interesses corporativos em muitos casos com visível prejuízo da coletividade.

Acredita-se que com todo cenário que vem se apresentando, as práticas sustentáveis das empresas não consistem somente em aprender a gerir recursos, redução do consumo de descartáveis, uso consciente da água e energia, entre outros, mas sim buscar a adoção de ações, comportamentos e políticas proativas.

As empresas modernas não devem pensar somente em cumprir as leis ambientais de um país, estado ou município. Elas devem ser, na medida do possível, pró-ativas e planejar suas atividades de uma maneira sustentável. De fato, as empresas que se comportam de uma maneira mais sustentável, pensando no seu futuro, têm um desempenho melhor nos seus negócios. (AMARAL, 2004 apud SILVA, 2009, p.6).

Desse modo, em uma conferência no ano de 2004, liderada por Kofi Annan, secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), surgiu a sigla ESG. Onde foi registrada em um documento intitulado Princípios para o Investimento Responsável.

O conceito de ESG se dá no reconhecimento da legitimidade da demanda das partes interessadas em exigirem a prática de um capitalismo sustentável pelas empresas, com respeito às suas obrigações no âmbito ambiental, social e de governança (enviromental, social and governance – ESG).

Segundo Leite (2020) o ESG adquiriu maior relevância nos últimos anos em virtude de os investidores estarem cada vez mais atentos aos fundos que compactuam com ações ambientais e sociais.

SUSTENTABILIDADE

O conceito da palavra sustentabilidade surgiu pela primeira vez em Estocolmo no ano de 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, quando a preocupação do crescimento empresarial começou a ser diretamente relacionado aos impactos gerados no meio ambiente e as possíveis consequências para as gerações futuras. Além disso, ganhou ainda mais força nos últimos anos por conta das recorrentes mudanças climáticas e desastres biológicos.

Estes problemas acontecem por conta das ações irresponsáveis do ser humano em relação à natureza, sem levar em conta que os recursos presentes no planeta são finitos. De acordo com Kraemer (2010), a exploração da biosfera pelo homem ameaça hoje a sua própria existência e delicado equilíbrio.

Ainda podemos ressaltar que:

A situação atual se encontra, social e ecologicamente, tão degradada que a continuidade da forma de habitar a Terra, de produzir, de distribuir e de consumir, desenvolvida nos últimos séculos, não nos oferece condições de salvar a nossa civilização e, talvez até, a própria espécie humana; daí que imperiosamente se impõe um novo começo, com novos conceitos, novas visões e novos sonhos, não excluídos os instrumentos científicos e técnicos indispensáveis; trata-se sem mais nem menos, de refundar o pacto social entre os humanos e o pacto natural com a natureza e a Mãe Terra. (BOFF, 2012, p. 15).

Desse modo, a sustentabilidade surge como uma solução para que um novo modo de pensamento seja estabelecido na sociedade de forma que possa gerar uma melhoria crescente e constante para o meio ambiente.

Assim, podemos entender a sustentabilidade como:

[...] o conjunto dos processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a preservação dos seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodução da vida, o atendimento das necessidades da presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões. (BOFF, 2012, p. 14).

Sendo assim, pode-se considerar que a sustentabilidade é o primeiro passo na criação de uma sociedade que conheça suas limitações, possibilidades de melhoria e inovações na busca de um futuro consciente para o meio ambiente e gerações futuras.

CONTABILIDADE AMBIENTAL

De acordo com Sérgio Adriano (2016), a contabilidade é um ramo das ciências sociais, bem como economia, administração e outras disciplinas. Tem como alvo os ativos de uma entidade e controla esses ativos para fornecer informações aos seus usuários. Logo, essas informações são essenciais, para atuar na gestão das empresas, com dados financeiros, patrimoniais, que ajudam na tomada de decisões.

A contabilidade ambiental é uma ferramenta inovadora para uma gestão sustentável, que fornece informações para criar soluções a fim de evitar ou diminuir os danos ambientais. Nesse sentido, a contabilidade deve desenvolver mecanismos que possibilitem a identificação, a mensuração e o registro de ações relacionadas com a promoção do desenvolvimento sustentável, para que tais ações possam ser divulgadas e avaliadas, possibilitando que ações corretivas sejam implementadas em tempo hábil. Sendo assim, “a contabilidade como fonte de informação sobre a contribuição da empresa ao desenvolvimento sustentável pode coletar analisar, mensurar e divulgar informações sobre a relação da empresa com o social, com o econômico e com o ecológico (BEBBINGTON, 2001, apud VELLANI; RIBEIRO, 2009, p. 189).

Para Donaire (1999), dentre as diversas variáveis que afetam o ambiente empresarial, as questões ecológicas têm recebido significativa atenção devido à sua relevância para a qualidade de vida da população. E que, o ambiente de negócios tem entendido que medidas de proteção ambiental, não é um impedimento de

crescimento econômico, mas sim necessário para que esse crescimento aconteça. No entanto, tem se desenvolvido modelos de avaliação de impactos e custos e benefícios ambientais nas empresas.

E o papel da contabilidade é primordial nesse cenário, onde as evidências sobre a sustentabilidade têm se tornado enfoque no ambiente de negócios. O profissional contábil, contribuíram com diretrizes, através de levantamentos de relatórios anuais como balanço de lucros e perdas, indicando a quantidade de despesas que uma empresa incorre com poluição e degradação ambiental e o impacto do ganho financeiro resultante, com relação à empresa versus ambiente.

MEIO AMBIENTE, SOCIAL E GOVERNANÇA - ESG

ESG, é uma sigla moderna utilizada para fazer referência à preocupação com o desenvolvimento sustentável. Que por sinal tem sido vista como um fator chave de tomada de decisão em organizações globalizadas. Os índices que mostram verdadeira sustentabilidade, e não o efeito do greenwashing dentro das organizações são cada vez mais valorizados e discutidos no meio empresarial, ganhando inclusive destaque nas bolsas de valores mundiais, fazendo com que as ações das organizações sustentáveis sejam mais lucrativos do que as das empresas menos afetadas por isso, já não é mais um problema, por passar a ser de relevante para essencial.

A ESG é derivada da expressão em inglês Environmental, Social and Governance, que passou a ser discutida em escala global a partir do relatório "Who Cares Wins" de 2004, resultado de uma iniciativa denominada "United Nations Global Compact" lançada em conjunto pela Organização das Nações Unidas (ONU) e instituições financeiras para Desenvolver diretrizes e recomendações sobre a melhor forma de integrar questões ambientais, sociais e de governança corporativa na gestão de ativos, serviços de corretagem de valores mobiliários e funções de pesquisa relacionadas. Forte e resiliente, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, promovendo a conscientização e compreensão mútua entre as partes interessadas relevantes e discutindo alternativas para aumentar a confiança nas instituições financeiras (GLOBAL COMPACT, 2004).

“A indústria não havia desenvolvido um entendimento comum sobre as formas de melhorar a integração do meio ambiente, aspectos sociais e de governança (ESG) na gestão de ativos, serviços de corretagem de valores mobiliários e funções de pesquisas relacionadas. Isso se deve em parte à complexidade e diversidade das questões envolvidas” (GLOBAL COMPACT, 2004, p. 1).

Logo, a ESG se resume à proposta de que um negócio deve ser avaliado não só pelos critérios usuais do mercado, como rentabilidade, segurança, competitividade, resiliência, mas também pelos seus atributos ambientais, sociais e de governança corporativa. A justificativa, em termos simples, é de que as pressões decorrentes dos problemas globalmente enfrentados nesses campos estão levando a transformações profundas no ambiente de negócios. Empresas com fraco desempenho ESG tenderão a perder espaço, enquanto as que se destacarem positivamente serão cada vez mais valorizadas. Com base nessa tese — apresentada pela primeira vez em 2005, no relatório *Who Cares Wins 1*, do Banco Mundial em parceria com o Pacto Global da ONU —, cada vez mais investidores, gestores de ativos e dirigentes empresariais têm buscado critérios ESG para direcionar seus recursos, projetos e esforços.

Caso contrário as empresas que não adotam as medidas ESG, acabarão por serem descartadas como apenas uma tendência passageira:

As empresas na sociedade contemporânea que não se ajustarem a programas de responsabilidade social estruturados estão fadadas ao insucesso, porque a responsabilidade social é fator competitivo e somente vão sobreviver aquelas que tiverem o espírito cidadão, visando não só a obtenção de lucro, mas também preocupadas em garantir a qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade como um todo.(Framer pag. 87)

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS

A Agenda 2030 foi criada visando um desenvolvimento sustentável do nosso planeta, ligando as componentes ambientais, sociais e desenvolvimento industrial e tecnológico, de modo a que seja possível garantir um futuro seguro e sustentável para as gerações vindouras. (UN WSS, 2017)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) fazem parte do compromisso de assinatura do documento "Transformando nosso futuro: A Agenda de Desenvolvimento 2030 "Sustentável", 2015, sediado por 193 países na sede da Organização das Nações Unidas (ONU). Os ODS estão divididos em 17 objetivos de

desenvolvimento sustentável e 169 metas específicas chamado, derivado dos Objetivos do Milênio e das decisões tomadas pelos países na Rio+20 (PNUD, 2020). Eles fazem parte de um esforço global. Os signatários promovem o desenvolvimento econômico, social e ambiental geral do planeta e seus países.

Abaixo, a tabela 1 com os seguintes objetivos:

Tabela 1: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

ODS 1. Erradicação da pobreza: acabar com a pobreza em toda as suas formas, em todos os lugares;
ODS 2. Fome Zero: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição. Promover a agricultura sustentável;
ODS 3. Boa saúde e bem-estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
ODS 4. Educação e qualidade: assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade. Promover oportunidades de aprendizagem;
ODS 5. Igualdade de gênero: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
ODS 6. Água limpa e saneamento: assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
ODS 7. Energia acessível e limpa: assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
ODS 8. Emprego digno e crescimento econômico: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo, emprego pleno e produtivo. Assim como, trabalho decente para todos;
ODS 9. Indústria, inovação e infraestrutura: construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
ODS 10. Redução das desigualdades: reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
ODS 11. Cidades e comunidades sustentáveis: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;

ODS 12. Consumo e produção responsáveis: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
ODS 13. Combate às alterações climáticas: tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
ODS 14. Vida debaixo d'água: conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
ODS 15. Vida sobre a Terra: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
ODS 16. Paz, justiça e instituições fortes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
ODS 17. Parcerias em prol das metas: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Ação Coletiva de Mulheres de Extrativistas e ODS. - Marcondes, Nissimoff e Saes, 2020 - Adaptado.

Diante do exposto, buscar-se-á responder a seguinte problemática: Com estas normas estabelecidas pelas Nações Unidas foi, de fato, possível alcançar a reparação socioambiental por parte da sociedade?

Levando-se em conta o problema da pesquisa proposta, de que as normas contábeis ambientais baseadas nas propostas do ESG alcançaram seus fins como medidas de reparação socioambiental por parte das empresas, é possível notar que o conhecimento com relação à Contabilidade Ambiental é extremamente baixo. Chegar a uma conclusão mais precisa da aplicabilidade das medidas criadas com o ESG e as peculiaridades da Contabilidade Ambiental.

Este estudo visa pesquisar no segmento da contabilidade os aspectos do ESG, pelas quais a sociedade pode colaborar na reparação e a resguardar o meio ambiente. Assim, fica claro através de análises contábeis, o impacto da atividade empresarial no meio ambiente, explorando a viabilidade e importância da contabilidade ambiental. Segundo Ribeiro (1992, p.56):

A contabilidade, enquanto instrumento de comunicação entre empresas e sociedades, poderá estar inserida na causa ambiental. A avaliação patrimonial, considerando os riscos e benefícios ambientais inerentes às peculiaridades de cada atividade econômica, bem como sua localização, poderá conscientizar os diversos segmentos de usuários das

demonstrações contábeis sobre a conduta administrativa e operacional da empresa, no que tange o empenho da empresa sobre a questão.

MÉTODO

No presente estudo, foi utilizado métodos e procedimentos de caracterização para desenvolvimento da pesquisa. Que é categorizada quanto ao seu caráter objetivo, exploratório e descritivo. A bibliografia, como referencial teórico e metodológico de apoio a pesquisa que é construída a partir de material publicado em livros e artigos científicos.

Que tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso. (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 51-52).

Ao lidar com essa questão, a pesquisa é classificada como qualitativa, considerando que profundidade dos objetos de pesquisa e não uso de métodos estatísticos como evidência análise de problemas. Beuren e Raupp (2012) afirmam que essa abordagem é comum na ciência contábil por ser uma ciência social, por se tratar de um objetivo no qual a principal intenção é identificar quais as contribuições da contabilidade ambiental na agenda ESG. Pois, busca mostrar quais variáveis de desempenho ESG tendem a impulsionar a melhoria. Sendo que essas informações podem servir de base para decisões de gestores e investidores sobre o desenvolvimento de iniciativas ESG, que podem influenciar nas políticas financeiras das empresas. Que é o objetivo da pesquisa exploratória, que é “melhorar ideias ou a descoberta de informativos que concedem uma visão geral, no que diz respeito a fatos e dados” (GIL, 1996, p. 45).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A chamada Agenda ESG é composta por um conjunto de medidas contemplando diversos objetivos: transparência, prestação de contas, relações equitativas e licença social.

Nas últimas décadas, as iniciativas no âmbito do ESG se desdobraram em acordos multilaterais bem conhecidos: Protocolo de Quioto (1997), para redução da emissão de gases de efeito estufa; Protocolo de Nagoya (2010), estabelecendo regras para proteção e utilização de recursos da biodiversidade; Acordo de Paris (2015), para reduzir o aquecimento global; entre outros.

Assim, surge um importante desenvolvimento no quesito ambiental com a criação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em 2012, durante a Rio+20 foram lançadas as bases para a criação das ODS. Três anos depois, em setembro de 2015, na Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da ONU, os 17 ODS foram criados.

Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015, p. 1)

No ano de 2018, foi lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) o texto “ODS - Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” onde foram listadas todas as mudanças feitas nas 169 metas globais presentes nos 17 objetivos para melhor se adequarem à realidade da sociedade brasileira. O Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ernesto Lozardo ressalta: “[...] com essa iniciativa, o Brasil passa a ser um dos poucos países do mundo a dispor de um instrumento que orienta a territorialização dos ODS, mantendo a abrangência e a ambição da proposta original”.

Segundo dados recolhidos pelo IPEA, podemos observar nos quadros 1 e 2 a síntese dos resultados do processo de adequação das metas propostas para o Brasil.

O quadro 1 nos mostra que das 169 metas globais, apenas 167 eram pertinentes com a realidade presente no Brasil, ainda que muitas tivessem que passar por um processo de alteração para se adequarem. Além disso, foram criadas outras 8 metas por grupos que visavam as prioridades nacionais.

QUADRO 1

ODS: síntese dos resultados do processo de adequação das metas propostas para o Brasil

Síntese dos resultados	Número absoluto	Relativo (%)
Metas globais que foram mantidas (Metas globais cujo conteúdo foi considerado como adequado ao Brasil, mesmo que necessitando alterações)	167	98,8
Metas consideradas como não aplicáveis ao Brasil (Metas globais cujo conteúdo foi considerado como inadequado à realidade brasileira)	2	1,2
Subtotal – metas globais	169	100%
Metas globais que foram mantidas na versão original (Metas cujo texto proposto pela ONU foi integralmente considerado como adequado ao Brasil)	39	22,3
Metas que foram alteradas para adequar-se à realidade brasileira (Metas cujo texto proposto pela ONU sofreu alteração visando a sua adequação às especificidades do Brasil e/ou à sua quantificação)	128	73,1
Metas nacionais que foram adicionadas (Novas metas propostas pelos grupos interministeriais visando contemplar prioridades nacionais)	8	4,6
Total de metas nacionais	175	100%

Fonte: ODS - Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - IPEA, 2018.

Ademais, podemos observar no quadro 2 a divisão entre dois tipos de metas: as finalísticas e de implementação. Assim como a classificação das metas pelo seu nível de facilidade de acompanhamento.

QUADRO 2

ODS: classificação das metas nacionais

Síntese dos resultados	Nº absoluto	Relativo (%)
Metas finalísticas (Metas que buscam especificar ou dimensionar os resultados esperados)	99	56,6
Metas de implementação (Metas que se referem aos recursos, humanos, financeiros, tecnológicos e de governança, necessários ao alcance dos resultados esperados)	76	43,4
Total de metas nacionais	175	100%
Metas classificadas no nível 1 (Metas de fácil acompanhamento, pois existe a possibilidade de construir indicadores que medem de forma direta o seu alcance)	67	38,3
Metas classificadas no nível 2 (Metas para as quais não existem indicadores que medem diretamente o seu alcance, mas que é possível construir indicadores indiretos, que, de alguma forma, servem de proxy para o seu acompanhamento)	90	51,4
Metas classificadas no nível 3 (Metas para as quais não existem, no momento, indicadores diretos ou indiretos para acompanhar a sua evolução)	18	10,3
Total de metas nacionais	175	100%

Fonte: ODS - Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - IPEA, 2018.

Após as mudanças feitas pelos grupos de órgãos governamentais, foi o momento da obtenção de sugestões da população por meio de pesquisa feita pelo IPEA. Segundo documento no processo de consulta pública foram recebidas 228 sugestões entre comentários, adições ou exclusões, sendo que dezoito sugestões de mudanças foram acatadas conforme quadro abaixo.

QUADRO 3
Consulta Pública: síntese dos resultados

ODS	Sugestões de adição, de exclusão e outros comentários	Número de manifestações		
		De apoio	Não apoio	Total
ODS 1	22	22	05	27
ODS 2	19	10	0	10
ODS 3	23	112	0	112
ODS 4	12	63	03	66
ODS 5	02	09	0	09
ODS 6	08	30	0	30
ODS 7	04	05	0	05
ODS 8	10	30	03	33
ODS 9	08	02	01	03
ODS 10	10	21	04	25
ODS 11	11	29	0	29
ODS 12	18	25	03	28
ODS 13	10	14	0	14
ODS 14	04	13	01	14
ODS 15	25	43	02	45

(Continua)

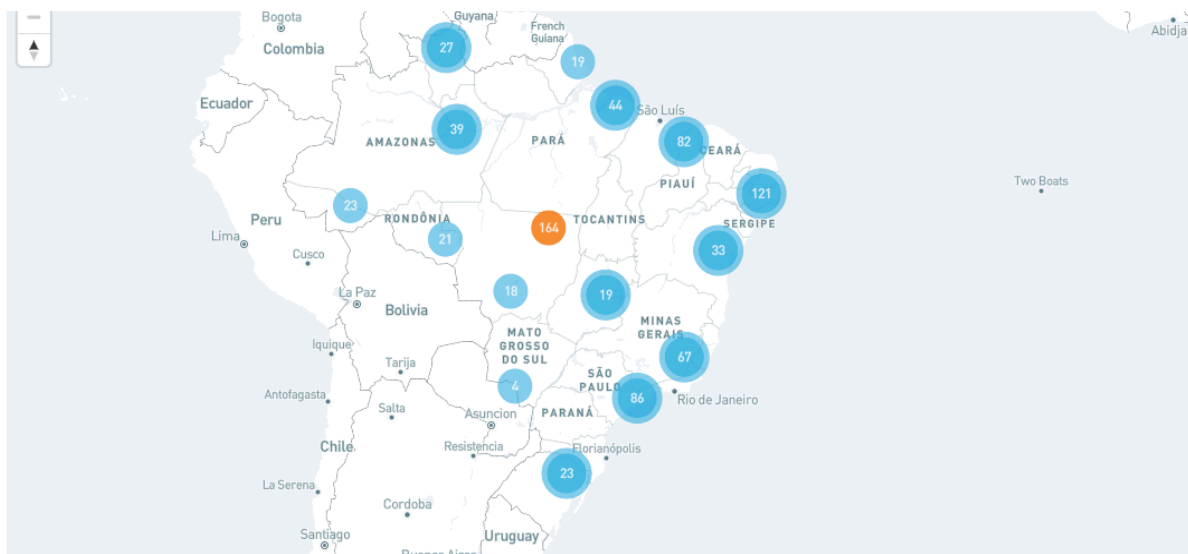
(Continuação)

ODS	Sugestões de adição, de exclusão e outros comentários	Número de manifestações		
		De apoio	Não apoio	Total
ODS 16	22	52	02	54
ODS 17	20	102	03	105
Total	228	582	27	609

Fonte: ODS - Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - IPEA, 2018.

Portanto, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente, entre outros. Por meio do site oficial da ONU, somos capazes de acompanhar o progresso de implantação das medidas para cumprir os 17 objetivos conforme figura 2.

Figura 2 - Principais atividades das Nações Unidas no Brasil (2022).













Fonte: Onde trabalhamos: as principais atividades das Nações Unidas no país - Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil - ONU, 2022.

A figura 3 mostra que, no ano de 2022 foram disponibilizados \$191,3 milhões de dólares financiados pelas Nações Unidas para investimentos nos projetos relacionados às ODS e como foram aplicadas por cada objetivo no Brasil.

Figura 3 - Distribuição de Recursos Disponíveis das Nações Unidas (2022).

Recursos Disponíveis \$191,3 million

 1. Erradicação da pobreza 10,2% of total	 2. Fome zero e agricultura sustentável 11,8% of total
 3. Saúde e Bem-Estar 11,8% of total	 4. Educação de qualidade 9% of total
 5. Igualdade de género 4,7% of total	 6. Água potável e saneamento 4% of total
 7. Energia limpa e acessível 0% of total	 8. Trabalho decente e crescimento económico 5,6% of total
 9. Indústria, inovação e infraestrutura 7% of total	 10. Redução das desigualdades 9,3% of total



Fonte: Onde trabalhamos: as principais atividades das Nações Unidas no país - Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil - ONU, 2022.

Desta forma, é possível confirmar o início da aplicação e geração de resultados do conceito ESG na sociedade por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Tendo em conta que ainda falta uma maior relação com a aplicabilidade da contabilidade ambiental, onde esta poderá servir de importante instrumento de controle dos impactos ambientais.

Com o foco de abordar as práticas do âmbito ESG e os benefícios para as organizações como instrumento de sustentabilidade empresarial, faz-se necessário uma gestão que apoie a geração de informações e indicadores relevantes a respeito do assunto. De modo central podemos contar com a figura da contabilidade, cujo qual pode exercer nas empresas um papel ainda mais voltado para as questões fiscais e tributárias em conjunto do caráter gerencial.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa tem como proposta investigar e pesquisar a contribuição e o quanto o papel da contabilidade é primordial no cenário atual, no qual a sustentabilidade tem se tornado presente no ambiente de negócios. É cenário que se atualiza a todo instante, tem sido desafiante para as empresas com relação a gestão ambiental e

competitividade. No entanto, é através da contabilidade, que se é possível levantar dados que indicam a quantidade de despesas que uma empresa incorre com poluição e degradação ambiental e o impacto do ganho financeiro resultante, com relação à empresa versus ambiente. Como a proteção ambiental é um aspecto importante de uma organização, o papel da contabilidade é incentivar as empresas a implementarem práticas que incluam a contabilidade ambiental.

No entanto, independentemente do porte da empresa e de suas políticas ambientais, a contabilidade ambiental é um auxílio de grande importância para gestores e contadores. Dessa forma, as empresas que empregam a contabilidade ambiental para identificar investimentos ecológicos em seu plano de contas se beneficiam de informações precisas sobre custos de investimento e custos de manutenção. Portanto, são necessárias mais informações técnicas sobre contabilidade ambiental, desde o registro até a aplicação na prática.

O fator que as empresas estão enfrentando atualmente, é que as evidências ambientais são questões competitivas a considerar. Normas surgem e forçam as empresas a revisar como se comportam em relação ao meio ambiente. Diante disso, as empresas são obrigadas a mudar sua estratégia de gestão, tanto na estrutura quanto nas metas e objetivos.

Logo, as iniciativas no âmbito do ESG contribuem para o desenvolvimento sustentável e na tomada de decisões, assim, a contabilidade ambiental é de suma importância tanto para a preservação ambiental, quanto para o registro das medidas tomadas.

Assim, mesmo que não seja o intuito da organização, os benefícios ao meio ambiente ainda são alcançados ao se implantarem as políticas ambientais, como a análise dos custos de produção para reduzir desperdícios e resíduos, um melhor controle sobre o uso de matérias-primas, as certificações de redução de emissões de gases poluentes, entre outros, de forma que sejam desenvolvidos os conceitos de responsabilidade e conscientização quanto aos problemas ambientais.

A partir da realização deste estudo, se identifica a necessidade da realização de novas pesquisas sobre as temáticas analisadas. Desse modo, será possível mensurar os indicadores das aplicações práticas do papel da contabilidade ambiental com foco no ESG no meio empresarial.

REFERÊNCIAS

ADRIANO, Sergio. **Contabilidade Geral**: Básica, intermediária Avançada e análise de Balanços. 3. ed. atual. Bahia: Editora Jus Podivm, 2016.

AMARAL, Sérgio Pinto. **Sustentabilidade ambiental, social e econômica nas empresas**: como entender, medir e relatar. São Paulo: Tocalino, 2004.

ANDERSON, Robert O. **Foreword in the public affairs handbook**. New York: Anacon, s.d.

ANDRIOLLI, Elaine Marisa; ÁVILA, Sílvia Regina da Silva; SANDRI, Alessandra Wolf; FELTEN, Amanda de Castro. **Contabilizar para a sustentabilidade**: estudo de caso em uma concessionária de veículos da região norte do Rio Grande do Sul. Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria, vol. 9,, 2016.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é – o que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Conselho Federal de Contabilidade. (2008). **NBC T 16** – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas Ao Setor Público. Recuperado em 3 novembro, 2010, de <http://www.cfc.org.br>

COSTA, Carlos Alexandre Gehm da. **Contabilidade ambiental** - Mensuração, Evidenciação e Transparência. São Paulo: Atlas, 2012.

Crepaldi, S. A. (2003). **Curso de Contabilidade básica**: Resumo da teoria, atendendo as novas demandas da gestão empresarial, exercícios e questões com respostas. 4ª Edição. São Paulo: Atlas.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FERREIRA, Aracélia Cristina de Sousa. **Contabilidade ambiental - Uma informação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atlas, 2011.

FREITAS, Débora; OLEIRO, Walter. **Contabilidade Ambiental**: A evidenciação nas demonstrações das empresas listadas na BM & FBOVESPA. REUNIR, Rio Grande, ano 2011.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**: aplicável às demais sociedades. 6ª Edição. São Paulo: Atlas.

GOMES, Magno Frederici; FERREIRA, Leandro José. **Políticas Públicas e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Direito e Desenvolvimento, 2018, v. 9, n. 2, p. 155-178, 18 ago. 2018. Acesso: 04/06/2023.

GRUPO NEW SPACE (SP). **ESG: Pacto Global das Nações Unidas**. Grupo New Space, São Paulo, ano 2021, p. 1-31. Acesso: 04/06/2023.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **ODS- Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 1ª Edição, 2018.

JUNIOR, Sebastião Bergamini. **ESG, Impactos Ambientais e Contabilidade**. Pensar Contabil, Rio de Janeiro, ano 2021, v. 21, n. 21, p. 46-54, 10 dez. 2020. Acesso: 04/06/2023.

KINLAW, Dennis C. **Empresa competitiva e ecológica: desempenho sustentado na era ambiental**. Tradução Lenke Peres Alves de Araújo. São Paulo: Makron Books, 1997.

KRAEMER, Maria Elizabeth Pereira. **Contabilidade Ambiental – Passaporte para Competitividade**. Universo ambiental, 2000.

KRAEMER M.E.P. **Contabilidade ambiental**. Relatório para um futuro sustentável, responsável e transparente, 2010.

LEITE, Vitor. O que a sigla ESG quer dizer sobre uma empresa? 2020. Blog Nu Bank. Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/esg-o-que-e/>. Acesso em: 20/05/2023.

MARCONDES, Cirlene dos Santos; NISSIMOFF, Paula Sarita Bigio Shnaider; SAES, Maria Sylvia Macchione. **Ação Coletiva de Mulheres de Extrativistas e ODS**. ENGEMA XXII, [S. l.], ano 2020, 1 nov. 2020. Acesso: 04/06/2023.

MOI, Paula Cristina Pedroso; SILVENTE, Giseli Alves. **Como a contabilidade ambiental empresarial contribui para o desenvolvimento sustentável**. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

RIBEIRO, Caroline do Amaral; ROSSATO, Marivane Vestena. **Algumas visões acerca da Contabilidade Ambiental no Brasil**, 2013.

RIBEIRO, Maísa de Sousa. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva. 2010.

_____. **Contabilidade e Sustentabilidade**. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 15, 2013.

_____. **Contabilidade e Meio Ambiente Dissertação (mestrado)**. FEA/USP, 1992.

SILVA, Cristina. **Sustentabilidade Corporativa**. SEGET, Resende, ano 2009, v. 1, n. 1, p. __, 6 dez. 2009.

SOUSA, Valdiva Rossato de; RIBEIRO, Maísa de Sousa. **Aplicação da Contabilidade Ambiental na Indústria Madeireira**. Eac Fea Usp, 2004.

SOUZA, Ana Livia Bulcão Aurèlio. **Pratica da ESG: A contabilidade e a gerações de informações para micro e pequenas empresas.** Centro de Ciências Sociais Aplicadas departamento de ciências contábeis, Natal, ano 2022, p. ., 23 dez. 2022. Acesso: 27/05/2023.

SOUZA, André Luis de; CARMO, Elizangela Andion Silva do; LUZ, Mateus Costa. **As vantagens da utilização da contabilidade ambiental,** 2011.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira.** São Paulo: Atlas, 2002.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elizabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em : <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 09/06/2023.